COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

PROJETO DE LEI Nº 3.034, DE 2011.

Dispõe sobre a assistência internacional prestada pelo Brasil sobre matéria de valoração aduaneira e dá outras providências.

Autor: Deputado Aguinaldo Ribeiro.

Relator: Deputado Roberto de Lucena.

I – RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 3.034, de 2011, dispõe sobre a assistência internacional prestada pelo Brasil sobre matéria de valoração aduaneira e, além disso, estabelece outras providências.

A proposição, de autoria do nobre Deputado Aguinaldo Ribeiro, tem como finalidade precípua estabelecer e regulamentar mecanismos de cooperação voltados à prestação de assistência internacional, por parte do Brasil, sobre matéria de valoração aduaneira, em conformidade com o disposto no item 8.3 da Decisão da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em Doha entre 9 e 14 de novembro de 2001.

Nesse sentido, o projeto de lei em tela contempla, em seu artigo 2º, a concessão de autorização ao Poder Executivo para que este, em observância ao princípio da reciprocidade, auxilie as administrações aduaneiras estrangeiras em investigações sobre valor aduaneiro, relativamente às exportações do Brasil para o país assistido, mediante a prestação de informações sobre as correspondentes operações. A previsão é de que tal assistência deverá ser prestada sempre que solicitada pela

administração aduaneira estrangeira, desde que assegurada reciprocidade de tratamento em relação às exportações oriundas do país parceiro comercial e destinadas ao Brasil e, também, que as informações prestadas sejam utilizadas exclusivamente para os propósitos de controle fiscal, sob sigilo, bem como para as ações judiciais derivadas e emergentes de eventuais distorção nos valores aduaneiros.

Além disso, o mesmo dispositivo (artigo 2º) prevê a possibilidade de que a troca de informações adquira caráter permanente estabelecendo que a prestação de informações sobre as operações de exportação seja realizada na modalidade de envio ou disponibilização periódica, por meio eletrônico e, ainda, estabelecendo autorização para que o Poder Executivo, através do órgão próprio, firme protocolo técnico de assistência mútua com as administrações estrangeiras congêneres, de modo a estabelecer os termos técnicos, a forma, os meios e a periodicidade da troca de informações.

Quanto às despesas que forem decorrentes da assistência que for prestada, o projeto define, em seu Artigo 3º, que estas deverão ser arcadas pelo país assistido, sendo, porém, dispensado o reembolso de despesas relativas aos serviços de comunicação utilizados.

A proposição regulamenta as hipóteses em que surgirem dúvidas fundamentadas quanto ao valor da mercadoria declarado pelo importador, relativamente a transação com país que não preste a assistência solicitada para a pertinente investigação aduaneira. Nesses casos, o projeto contém previsão (conf. Artigo 4º) no sentido de que as autoridades aduaneiras brasileiras estarão autorizadas a afastar a aplicação dos métodos de valoração aduaneira baseados no valor da transação, de que trata o Acordo de Valoração Aduaneira que regula o Artigo VII do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

De outra parte, o Artigo 5º contém disciplina referente à hipótese de reiterada omissão ou recusa da administração aduaneira do país exportador quanto à prestação de assistência (inclusive no tocante às importações procedentes de zona franca). Para esses casos, o projeto prevê que as importações desses países poderão ter seu valor aduaneiro determinado com base no art. 88 da Medida Provisória nº 2.158- 35, de 24 de agosto de 2001, e as importações dos exportadores investigados ficarão vedadas até que as informações sejam fornecidas.

O artigo 6º do projeto constitui norma legal que meramente atribui ao Poder Executivo a competência - que por sinal já lhe é própria - para regulamentar a lei em questão, por meio da definição dos procedimentos necessários à sua aplicação.

Por fim, o artigo 7º apresenta-se como norma interpretativa, que visa a adequar a lei que se pretende instituir à legislação em vigor e, nesse sentido, estabelece que as suas disposições não revogam as normas legais em vigor, decorrentes dos acordos internacionais de cooperação e assistência mútua sobre matéria aduaneira.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR:

O objetivo central do projeto de lei em análise é o de estabelecer mecanismos de cooperação internacional voltados para a troca de informações sobre valoração aduaneira, de forma institucionalizada e com base no princípio da reciprocidade, entre o governo brasileiro e os governos dos países que são nossos parceiros comerciais, por intermédio de suas respectivas administrações aduaneiras.

A troca de informações sobre a valoração aduaneira representa um importante avanço da cooperação internacional brasileira no sentido de evitar distorções no comércio exterior. A implementação de tal prática, inclusive, há de prevenir que tais distorções venham a se transformar em contenciosos comerciais, os quais podem, eventualmente, acabar redundando em processos, os conhecidos “panels” (pianéis), promovidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio, procedimentos estes que são reconhecidamente lentos e, sobretudo, extremamente dispendiosos para o erário.

O projeto de lei busca atender uma diretiva estabelecida na Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – OMC, realizada em Doha em novembro de 2001. Durante o encontro as delegações dos Estados participantes identificaram a necessidade de que fossem adotadas, no menor espaço de tempo possível, medidas de cooperação - previstas em acordos anteriores e em benefício do comércio internacional e de todos os países membros. Nesse sentido, na Decisão

Ministerial adotada em 14 de novembro de 2001, pela Conferência Ministerial da OMC, é ressaltada a importância de se fortalecer a cooperação entre as administrações aduaneiras dos países membros com a intenção de prevenir a ocorrência de fraudes em operações de comércio internacional. Nesse sentido dispõe a mencionada Decisão Ministerial, de 14/11/2001, em seu Item 8.3 (a respeito do Acordo relativo à Aplicação do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994) o seguinte:

8.3 Sublinha a importância de fortalecer a cooperação entre as administrações aduaneiras dos Membros na prevenção da fraude aduaneira. A este respeito, se acorda que, além do disposto na Decisão Ministerial de 1994, relativa aos casos em que as administrações aduaneiras tenham motivos para duvidar da veracidade ou exatidão do valor declarado, quando a administração aduaneira de um Membro importador tenha motivos razoáveis para duvidar da veracidade ou exactidão do valor declarado, poderá pedir assistência à administração aduaneira de um Membro exportador com respeito ao valor da mercadoria em questão. Em tais casos, o Membro exportador oferecerá cooperação e assistência, compatíveis com suas leis e procedimentos nacionais, incluída a prestação de informação sobre o valor de exportação da mercadoria em questão. Toda informação proporcionada neste contexto será tratada em conformidade com as disposições do artigo 10 do Acordo sobre Valoração Aduaneira. Além disso, reconhecendo as preocupações legítimas expressadas pelas administrações aduaneiras de vários Membros importadores com relação à exactidão do valor declarado, se dispõe que o Comité de Valoração Aduaneira identifique e avalie meios práticos para atender essas preocupações, inclusive por meio do intercâmbio de informações sobre os valores de exportação, e apresente relatório ao Conselho Geral até o final de 2002.

A adoção da proposição que ora consideramos constitui-se em resposta a tal indicativo da Conferência Ministerial da OMC, sendo que com sua

aprovação, assumirá o Brasil condição de país pioneiro no que se refere à construção de um ambiente cooperativo, na área aduaneira, com seus parceiros comerciais.

Com efeito, o amplo conhecimento e a divulgação dos valores aduaneiros, a troca de informações, pontual e permanente, entre as administrações aduaneiras quanto aos valores das mercadorias declarados pelos importadores, constitui-se em poderoso e imprescindível instrumento no combate à fraude no comércio internacional. Tal prática ganha ainda maior importância nos tempos de hoje, de aumento significativo dos números do comércio exterior e de grande integração dos mercados globais, no contexto da qual, conforme destaca o autor da proposição em sua justificção, a abertura dos mercados eleva o nível de concorrência, obrigando as empresas domésticas a buscarem ganhos de produtividade e de eficiência, os quais, entretanto, não são suficientes para protegê-las dos baixos custos de que se beneficiam aqueles que se utilizam de operações fraudulentas

Nesse contexto, é fundamental que sejam adotados mecanismos eficazes de combate às operações internacionais que não se pautem pelas normas e parâmetros acordados e aceitos por todos, em conformidade com as normas da OMC. Tal aspecto assume ainda maior importância no caso do Brasil, haja vista que parcela significativa de nossas importações tem origem em países que são usualmente rotulados como “paraísos fiscais”, os quais destacam-se como sede ou base operacional de corporações transnacionais, que buscam localizar-se em ambientes nacionais que favorecem a desoneração fiscal de suas receitas e dificultam a identificação de sua estrutura societária.

Cumprido destacar que a proposição em tela apresenta elementos que a caracterizam como lei de caráter autorizativo, uma vez que, nos termos de vários de seus dispositivos (e.g: artigo 2º, “*caput*” e § 3º; e artigo 5º), ela autoriza e, praticamente, recomenda, ao Poder Executivo o exercício de uma competência que ele já detém, qual seja, de celebrar atos internacionais com Estados estrangeiros tendo por objeto a cooperação bilateral, no caso, a troca de informações a cerca de valoração aduaneira. Em outros termos, a iniciativa legal com tal finalidade, qual seja, a celebração de ato internacional com tal finalidade, nos parece pertencer, a rigor, do Poder Executivo. Contudo, esta é uma questão que envolve a própria constitucionalidade da proposição,

viés que foge à competência específica da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e que deverá ser oportuna e adequadamente considerado por ocasião da apreciação da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Por último, vale notar que a adoção das normas legais, nos termos da proposição em questão, representa por um lado, para o Brasil, a constituição de um importante instrumento de defesa da nossa economia, do nosso setor produtivo, e de combate ao problema da fraude e do *dumping* na valoração aduaneira no comércio internacional e, por outro, na implementação de mecanismos de defesa sem incorrer ações arbitrárias mas, atuando em conformidade com as normas e princípios da Organização Mundial do Comércio. A aprovação deste projeto de lei contribui, portanto, para a consolidação ainda maior da postura do Brasil, da sua condição de liderança, no contexto das relações internacionais, no que se refere ao desenvolvimento do comércio internacional, haja vista que a nova lei favorecerá a constituição de garantias suplementares para que o comércio ocorra em bases justas, equânimes e em conformidade com as normas locais e internacionais, em particular com as vigentes no âmbito da OMC.

Ante o exposto, **VOTO** pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.034, de 2011, que dispõe sobre a assistência internacional prestada pelo Brasil sobre matéria de valoração aduaneira e dá outras providências.

Sala da Comissão, em 21 de agosto de 2012.

Deputado Roberto de Lucena

Relator